

Retração econômica e emprego formal: avaliação para o nordeste brasileiro entre 2014 e 2018

Economic downturn and formal employment: evaluation for northeastern brazil between 2014 and 2018

Elisa Gonçalves Leite*

URCA, Brasil

elisaleite35@gmail.com

Maria Erilúcia Cruz Macêdo*

URCA, Brasil

eriluciamacedo@gmail.com

Resumo. O presente artigo busca abordar a repercussão da recessão econômica sobre o mercado de trabalho formal no Nordeste entre 2014 e 2018. A partir de levantamento bibliográfico e obtenção de dados secundários em fontes oficiais de estatística (IBGE, MTE), foi realizada uma análise acerca da conjuntura econômica antes e durante a crise, destacando seus reflexos sobre as condições do mercado de trabalho na região nordestina. Nesse contexto, o trabalho apresenta alguns indicadores que permitem apreender os impactos da recessão sobre a geração de empregos formais nos diferentes setores da atividade econômica. As informações apontam para uma tendência das condições de trabalho no Nordeste à dinâmica nacional, o número de empregos formais no Nordeste por exemplo, diminui a partir de 2015, ocasionando uma redução de 243.584 postos de trabalho formais em 2017, se comparado ao ano de 2014. O saldo de empregos formais em 2015 chega a um valor de -251.260, este, apresenta uma pequena melhora no ano de 2018, porém volta a cair entre janeiro e abril de 2019, atingindo um total de -47.905. Ainda é importante salientar que a taxa de desocupação no mercado de trabalho nordestino, apresenta um comportamento ascendente a partir de 2015, atingindo seu maior valor em março de 2017, chegando a 16,3%.

Palavras-chave: Crise econômica. Emprego formal. Brasil. Nordeste.

Abstract. The present article seeks to address the repercussion of the economic recession on the formal labor market in the Northeast between 2014 and 2018. Based on a bibliographical survey and secondary data collection from official sources of statistics (IBGE, MTE), a economic situation before and during the crisis, highlighting its reflections on labor market conditions in the northeastern region. In this context, the paper presents some indicators that allow us to understand the impacts of the recession on the generation of formal jobs in the different sectors of economic activity. The information points to a trend of working conditions in the Northeast to the national dynamics, the number of formal jobs in the Northeast for example, decreases from 2015, leading to a reduction of 243,584 formal jobs in 2017 compared to 2014. The balance of formal jobs in 2015 reaches a value of -251,260, this one, shows a small improvement in the year 2018, but falls again between January and April 2019, reaching a total of -47,905. It is still important to point out that the unemployment rate in the Northeastern labor market shows an upward trend starting in 2015, reaching its highest value in March 2017, reaching 16.3%.

Keywords: Fintechs. Economic crisis. Formal employment. Brazil. Northeast.

* Universidade Regional do Cariri, Rua Cel. Antônio Luiz, 1161, Pimenta, Crato, 63105-010, CE, Brasil.

Introdução

O mercado de trabalho está diretamente relacionado ao desempenho da economia e as regulamentações jurídicas de um país, tendo em vista que flutuações no nível da atividade econômica impactam no emprego formal, e que regulamentações jurídicas como a CLT, CF/1988 e a Reforma Trabalhista de 2017, também impactam no mercado de trabalho. Esse impacto, ocorre em função da realização de investimentos econômicos que tem como uma de suas implicações a geração de novos postos de trabalho, sendo o contrário também verídico (MARINHO et al., 2019).

Nesse sentido, o bom desempenho experimentado pela economia brasileira e nordestina no período de 2004 a 2014 trouxe benefícios ao mercado de trabalho. No período entre 2004 e 2008 a economia nacional apresentou uma média de crescimento de 4,8% ao ano, e depois da recessão de 2009 e recuperação de 2010 (7,6% a.a.), cresceu a uma taxa média anual de 2,4% entre 2011 e 2014. A economia do Nordeste, seguindo a tendência favorável tanto interna como internacional, também logrou bons resultados na maior parte dos anos 2000, chegando até a superar a média de crescimento do produto nacional, com destaque para o setor dinâmico de serviços (DE PAULA; PIRES, 2017; TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Assim, Trovão e De Araújo (2019) apontam que esse desempenho econômico do Nordeste proporcionado, sobretudo, pelo aumento da renda, do crédito e do emprego, bem como pelo aumento de investimentos públicos e privados, trouxe três importantes efeitos ao mercado de trabalho da região: aumento do nível de emprego, redução do desemprego e crescimento da formalização de contratos de trabalho. Da Silva Filho e De Queiroz (2011), por seu lado, destacam, utilizando-se de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), que durante 2000 a 2008 a região nordestina ficou na terceira posição quanto à geração de postos de trabalho celetista, com um total de 1.336.958 empregos criados, ficando atrás das regiões Sudeste e Sul, respectivamente.

Evidencia-se, pois, uma melhoria no mercado de trabalho formal. Essa melhora, porém, é interrompida com a crise econômica e institucional brasileira iniciada em 2014 e acentuada nos anos de

2015 e 2016. Conforme Dos Santos e Aruto (2018), a recessão econômica está associada, considerando os fatores externos, a desaceleração da economia do país no pós-2010 em decorrência da crise internacional de 2007-2009, que provocou a redução dos preços de agrominerais no mercado internacional, bem como pelas políticas fiscais postas em prática pelos países centrais. Em suma, essas duas circunstâncias prejudicaram as receitas provenientes das exportações nacionais.

No âmbito nacional as causas da crise econômica são atribuídas às falhas de coordenação na política macroeconômica anticíclica adotada durante 2011 e 2014, assim como às políticas contracionistas adotadas em 2015/2016 (DE PAULA; PIRES, 2017).

A redução do PIB de 7% entre 2015 e 2016 repercutiu negativamente no mercado de trabalho. De acordo com dados do CAGED/MTE, o mercado de trabalho formal brasileiro durante abril de 2015 a janeiro de 2017 perdeu, aproximadamente, 3 milhões de vínculos com carteira assinada (DOS SANTOS; ARUTO, 2018). Ademais, nesse cenário, o mercado de trabalho passou a apresentar aumento do número de desocupados, da informalidade e da concentração de renda do trabalho, bem como queda no rendimento real dos trabalhadores (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

O Nordeste, por seu turno, seguiu a tendência nacional com perda de 509.294 postos de trabalho com carteira assinada entre 2015 e 2017, apresentando nos primeiros nove meses de 2018 a criação de 94.572 novas vagas de emprego, que, no entanto, não foram suficientes para recuperar a queda exibida no pior período da crise e em 2017 (LEÃO; RIBEIRO, 2018).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a repercussão da crise econômica vivenciada pelo Brasil nos anos recentes sobre o emprego formal na região do Nordeste brasileiro, bem como verificar quais setores foram mais atingidos. Para tanto, além do levantamento bibliográfico, fez-se uso de dados secundários de instituições oficiais (IBGE/PNAD, RAIS, CAGED/MTB) que tratam sobre indicadores socioeconômicos e sobre o mercado de trabalho no país.

Além dessa introdução, o trabalho está dividido em 3 seções. A primeira faz um breve apanhado do cenário econômico vivido pela economia brasileira no período de expansão, que tem início em 2004 e perdura até 2010, e do período de recessão a partir

de 2014, situando, nesse íterim, os reflexos sobre o mercado de trabalho formal do país. Já a segunda seção traz informações acerca do mercado de trabalho nordestino no período de expansão e de crise, e mostra como este foi afetado pela crise econômica que se iniciou no final do ano de 2014. Por fim, são feitas algumas considerações acerca do que foi tratado nas duas últimas seções.

Considerações acerca da dinâmica econômica e do mercado de trabalho brasileiro: da expansão à recessão

O início do século XXI foi marcado por mudanças tanto na economia brasileira como na nordestina, estas mudanças são responsáveis por explicar em grande medida o desempenho econômico e os movimentos ocorridos no mercado de trabalho (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Nos anos 2000 a economia brasileira passou por um processo de dinamização da sua atividade econômica, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento do investimento, bem como do consumo e do crédito, e ainda de regulação das taxas de desemprego e geração de postos de trabalho, em especial os formais. Nesse mesmo período o governo implementou uma série de políticas públicas, como por exemplo, as transferências de renda e a valorização do salário-mínimo (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

De acordo com Mattos (2015), no começo do século XXI o mercado de trabalho do Brasil passou por uma série de modificações importantes, com destaque para a formalização dos postos de trabalho que acabou com duas décadas de precarização, onde a maioria dos trabalhadores não tinham acesso a direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Ainda segundo o autor, o período de 2000 a 2014, tendo destaque o ano de 2004, apresenta uma redução das desigualdades sociais e crescimento da renda real dos trabalhadores.

No ano de 2003 o presidente Luís Inácio Lula da Silva recém-empossado, dedicava-se a implementar políticas de combate à inflação, com o objetivo de conter as pressões inflacionárias que vinham se acentuando desde 2002 devido à desvalorização cambial daquele ano. Medidas como a meta de superávit primário e aumento da taxa de juros Selic procuraram resolver este problema, no entanto, ele só foi resolvido com a apreciação cambial devido a melhora das relações

de troca e da demanda externa, gerando um aumento no preço das *commodities* que foram exportadas do Brasil (MATTOS, 2015).

Sendo assim, a partir do ano de 2004 a economia brasileira começa a crescer, de início puxada pela demanda externa, e logo depois impulsionada por medidas governamentais que estimularam o crédito, o consumo das famílias e também devido aumento do investimento produtivo, que se beneficiaram da diminuição dos preços dos bens de capital importados. Em relação aos indicadores do mercado de trabalho no governo Lula, houve um aumento na participação do emprego assalariado no país de 4,7% a.a., já o emprego sem registro cresceu 0,6% a.a. e o trabalho por conta própria 1,5% a.a., conforme a Tabela 1 (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

Tabela 1. Ocupados por posição de ocupação: participação no total de ocupados e taxa de crescimento. Brasil. Regiões metropolitanas, 2004 a 2008

Ano	Empregado com registro (%)	Empregado sem registro (%)	Conta própria (%)	Empregado com registro (var. % a.a.)	Empregado sem registro (var. % a.a.)	Conta própria (var. % a.a.)
2004	43,7	22,6	20,2	1,7	5,9	4,7
2005	45,0	22,3	19,3	5,6	1,9	-2,0
2006	46,2	21,6	19,2	4,6	-1,2	0,7
2007	47,2	20,7	19,3	4,9	-1,8	3,9
2008	48,7	19,7	18,7	6,9	-1,6	0,6
2004-2008	46,1	21,4	19,4	4,7	0,6	1,5

Fonte: Cacciamali e Tatei (2016). Elaboração própria a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME).

A redução da informalidade não se deu apenas através do crescimento econômico, mas também da formalização das micro e pequenas empresas e também das constantes inspeções de trabalho. Porém, parte considerável dos empregos gerados estavam em postos menos qualificados e com baixa produtividade, principalmente no setor de serviços, enquanto a indústria, que empregava trabalhadores mais qualificados e de melhor remuneração, teve uma participação menor no total de ocupações, como pode ser visto na Tabela 2 (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

De acordo com Cacciamali e Tatei (2016), a crise financeira internacional iniciada no final do ano de 2008, devida à inadimplência de créditos imobiliários nos bancos dos Estados Unidos, espalhou-se por todo o mundo atingindo todo o sistema bancário. No Brasil e nos países da América Latina, esse impacto foi menor, tendo em vista que os bancos desses locais tinham pouca ligação com esses tipos de papéis.

Tabela 2. Ocupados por ramo de atividade: participação no total de ocupados e taxa de crescimento. Brasil. Regiões metropolitanas, 2004 a 2008

Ano	Indústria (%)	Construção Civil (%)	Comércio (%)	Serviços (%)	Indústria (var. % a.a.)	Construção Civil (var. % a.a.)	Comércio (var. % a.a.)	Serviços (var. % a.a.)
2004	17,7	7,3	19,9	54,4	3,5	-0,2	1,6	3,9
2005	17,7	7,2	19,7	54,7	2,7	1,7	1,7	3,3
2006	17,4	7,2	19,6	55,2	0,6	1,1	1,3	2,9
2007	17,1	7,2	19,4	55,7	0,6	3,1	1,8	3,6
2008	17,1	7,3	19,2	55,9	3,7	4,4	2,6	3,8
2004-2008	17,4	7,2	19,6	55,2	2,2	2,0	1,8	3,5

Fonte: Cacciamali e Tatei (2016). Elaboração própria a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME).

Os impactos dessa crise no Brasil ocorrem através da contração das exportações e da retração do crédito internacional. Já os efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro foram amenizados devido as políticas anticíclicas adotadas pelo governo Lula como meio de enfrentar a crise. Dessa forma, a retração econômica de 2009 apenas diminuiu a geração de postos de trabalho formais e freou o aumento da renda média do trabalhador, por outro lado as taxas de desigualdade de renda e de pobreza continuaram caindo (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

O Brasil se recuperou rapidamente da crise de 2008/2009, e em 2010 o PIB cresceu cerca de 7,5% ao ano. Os postos de empregos formais cresceram mais rapidamente do que no período de 2004 a 2008 e o processo de redução da informalidade e da elevação da renda do trabalhador continuava se expandindo (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

No ano de 2011 tem início o mandato presidencial de Dilma Rousseff, e logo de início foram adotadas medidas contracionistas visando reduzir a demanda agregada e conter a inflação (DE PAULA; PIRES, 2017). No seu primeiro mandato, Dilma encontraria dificuldades para manter o nível de crescimento econômico vivenciado pela economia brasileira no governo Lula, as razões disso estão no fato de Dilma não ter conseguido se aproveitar da valorização cambial, como fez Lula e também de ter encontrado um cenário internacional desfavorável por conta da crise de 2008/2009 (MATTOS, 2015).

Segundo Mattos (2015, p.73) no ano de 2011:

[...] O mercado de trabalho, porém, ainda mostrava algum dinamismo, pois alguns mecanismos que haviam sido implementados ainda no período Lula, como o aumento real do salário-mínimo e a expansão do crédito, continuaram atuando, impulsionando a

massa salarial e o consumo das famílias (embora a taxas declinantes em comparação com o período 2004-2010). Ademais, o mercado de trabalho ainda aquecido propiciou condições de negociação de ganhos salariais reais, apesar das evidências de desaceleração da atividade econômica – especialmente na indústria.

De acordo com De Paula e Pires (2017), o governo Dilma foi marcado pela deterioração do cenário internacional devido a fatores como a crise do Euro, o fraco desempenho da economia norte-americana e o baixo desempenho dos países emergentes. Nesse contexto, os termos de troca do Brasil com o resto do mundo sofreram uma deterioração de 21% durante 2011 e 2015, o que prejudicou variáveis importantes da economia como a renda, o balanço de pagamentos e a taxa de câmbio, a qual vinha sofrendo pressão para sua desvalorização (Pinto et al., 2017).

Ainda conforme De Paula e Pires (2017), dado o cenário, a política econômica adotada baseou-se no uso de medidas “macroprudencias” tanto monetárias como cambiais, forte redução da taxa de juros Selic, além de uma desvalorização cambial de 25% entre os anos de 2011 e 2012. Porém, essas políticas não surtiram efeitos sobre o crescimento da economia, pelo contrário, houve desaceleração provocada sobretudo pela queda na formação bruta de capital fixo. Ademais, o produto industrial estacionou como consequência do aumento das importações, isto é, as empresas industriais internas não se beneficiaram do aumento da demanda. Outro ponto que contribuiu para a desaceleração da economia fora a medida de política fiscal adotada, que ao priorizar isenções vis-à-vis gastos públicos, surtiu efeito limitado sobre o nível da atividade econômica durante os dois primeiros anos do governo Dilma.

Assim, com intuito de equilibrar a política monetária contracionista, o governo passou a expandir continuamente os gastos públicos de 2013 a 2014, tendo como resultado déficit público. O crescimento desse déficit somando ao aumento da inflação e da desvalorização cambial culminou na disseminação da crise econômica. Cabe destacar, no entanto, que apesar dos indícios da recessão já se fazerem presente em 2014, é a partir de 2015 que seus efeitos mais perversos podem ser observados sobre o mercado de trabalho, o qual teve empregos assalariados, formais e informais

atingidos (CACCIAMALI; TATEI, 2016; DE PAULA E PIRES, 2017).

Ao assumir a presidência depois da reeleição de 2015, o governo de Dilma passou a adotar uma política econômica fortemente ortodoxa, começando pelo ajuste fiscal através da redução do gasto público, depois seguiu com o ajustamento de preços monitorados (energia e petróleo) e deu continuidade à política monetária restritiva, elevando ainda mais a taxa Selic a fim de conter a inflação (DE PAULA E PIRES, 2017). Entretanto, essas medidas não foram suficientes para conter o déficit público, tendo antes um efeito adverso como aponta Pinto et al. (2017, p. 13):

O principal gatilho da crise, em sua dimensão econômica, foi o ajuste fiscal. As contrações do consumo e do investimento da administração pública, associadas à redução dos investimentos da Petrobras (dotados de elevados efeitos multiplicadores), provocaram uma expressiva redução da demanda agregada o que, por conseguinte, afetou de forma negativa o nível de utilização dos setores produtivos privados (que decresceu 2,9% entre 2014 e 2015). Esses elementos, associados à expressiva queda nas taxas de lucros das empresas não financeiras, engendraram a redução dos planos de investimentos privados, impactando negativamente sobre a renda e o consumo das famílias.

Nesse sentido, além dos fatores externos desfavoráveis, Pinto et al. (2017) adiciona que essa crise brasileira se deveu, pois, a equívocos na condução da política macroeconômica durante os dois governos Dilma. Por um lado, ao privilegiar o investimento no setor privado em detrimento do público, e por outro, ao promover o ajuste fiscal de 2015, responsável por transformar o “baixo crescimento em recessão”. Como consequência, a partir de 2015 variáveis dinâmicas da economia passaram a apresentar resultados desanimadores, como a queda do PIB de 3,5% em 2015 acompanhado do aumento do desemprego e da redução na renda real média dos trabalhadores.

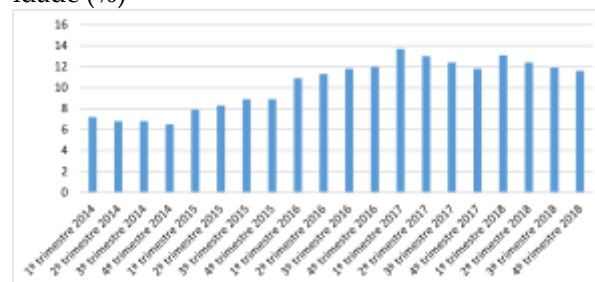
Sendo assim, nos primeiros sete meses de 2015 a taxa de desocupados nas regiões metropolitanas do Brasil teve um aumento de 41,5%, enquanto o salário real médio caiu 4,7%. Quando analisado esse crescimento da taxa de desemprego por setores da atividade econômica, tem-se que os mais atingidos foram os que “absorvem o trabalho doméstico (72,2%), a construção civil (54,3%) e a

indústria (45,2%)”, ao passo que os menos atingidos foram “os setores da administração pública (23,1%), dos serviços privados (37,9%) e do comércio (40%)”. Ademais, pode-se adicionar que o desemprego afetou mais intensamente, em termos de perfil, o sexo feminino e os trabalhadores menos escolarizados (POCHMANN, 2015, p. 13-14).

No ano seguinte (2016), uma reforma trabalhista instituída pelo projeto de Lei 6.787/2016 veio trazer mudanças ao mundo do trabalho. Esse projeto, ao invés de ser favorável aos interesses dos trabalhadores, caminhou no sentido contrário à lógica que até então guiava a legislação do trabalho, privilegiando claramente as empresas. As medidas previstas, como a criação de uma nova forma de contrato e a ampliação do trabalho em tempo parcial, apontaram para uma precarização do mercado de trabalho (DIEESE, 2017).

O Gráfico 1 apresenta, pois, o comportamento da taxa de desocupação no Brasil por trimestre a partir de 2014. Nele pode ser observado que o maior percentual de desempregados foi percebido no ano de 2017 (13,7%) e que essa taxa teve um salto de 5,1% quando considerado a diferença entre o 4º trimestre de 2014 e o 4º trimestre 2018.

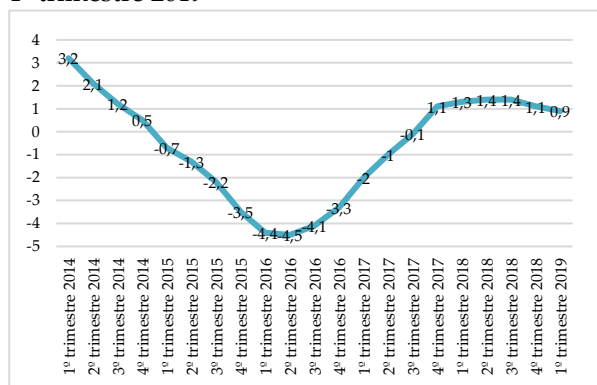
Gráfico 1. Brasil: Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE.

Segundo Dos Santos e Aruto (2018), em 2017 a economia brasileira apresentou um pífio resultado positivo, representando antes um cenário de estagnação ao invés de recuperação. Esse pequeno crescimento, por sua vez, foi puxado pelo setor agropecuário e pelo estímulo ao consumo através da liberação de parte do FGTS, por exemplo. No Gráfico 2 pode ser percebido o mau desempenho do PIB brasileiro a partir de 2014.

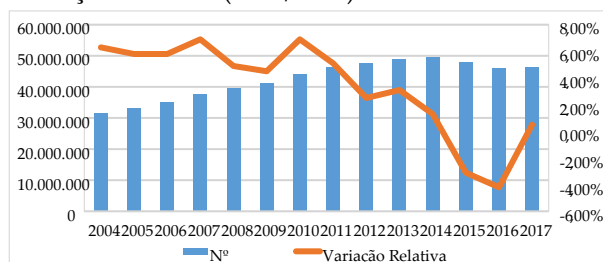
Gráfico 2. PIB a preços de mercado: Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 2014 - 1º trimestre 2019



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE.

O mercado de trabalho, como vem sendo acentuado, seguiu a tendência da dinâmica econômica com aumento do número de empregos formais no período de expansão, crescimento relativamente menor a partir de 2012 e já em 2015 apresentando variação negativa. Como pode ser visto no Gráfico 3, em 2017, o número de empregos tem uma pequena alta de 0,5%, correspondendo em termos absolutos a um saldo de 221.392 vínculos empregatícios, gerados pelos setores de Administração Pública, Serviços e Agropecuária, dado que Construção Civil, Indústria de transformação, Comércio e Extrativa mineral registraram variação negativa em comparação com 2016 (MTE/RAIS, 2018).

Gráfico 3. Brasil: Número de Empregos Formais e Variação Relativa (2004/2017)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MTE/RAIS.

Em 2018 o PIB brasileiro também apresentou um aumento de 1,1% em relação a 2017. Esse aumento, por sua vez, foi proporcionado pelos setores Agropecuária, Indústria e Serviços, que cresceram 0,1%, 0,6%, 1,3%, respectivamente (IBGE, 2019). Nesse contexto, como reflexo desse desempenho, o mercado de trabalho celetista

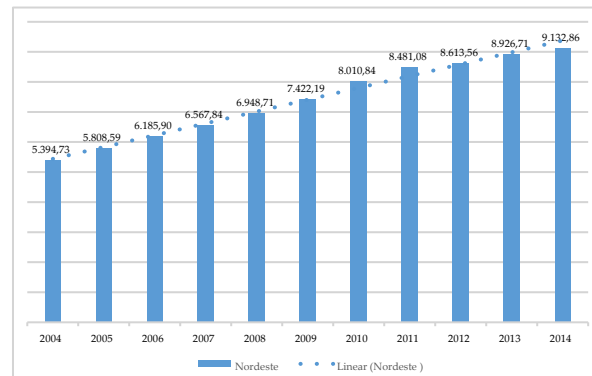
brasileiro terminou o referido ano com saldo de emprego ajustado positivo em todos os setores da atividade econômica (exceção da Administração Pública), com destaque para o setor de serviços. A agricultura, no entanto, apesar de ter fechado 2017 com um saldo de 37.202 empregos, terminou 2018 com um saldo bem inferior de 2.819 empregos (CAGED, 2019).

Trajetória do mercado de trabalho formal no nordeste: da expansão à recessão (2004 – 2018)

A economia do Nordeste também acompanhou a tendência de crescimento da economia brasileira na primeira parte dos anos 2000, e até superou a média nacional em termos de PIB, chegando a 3,9% a.a. no período de 2004 a 2014, enquanto a média nacional estava em 3,5% a.a. neste mesmo período. Esse bom desempenho se deu graças ao crescimento tanto da renda, como do emprego e do crédito, bem como pela importante atração de investimentos públicos e privados para a região (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

No mercado de trabalho nordestino, assim como no brasileiro, percebe-se uma expansão dos postos de trabalho formais. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, os postos de trabalho formais no Nordeste passaram de cerca de 5.394,73 em 2004, para 9.132,86 no ano de 2014 (Gráfico 4).

Gráfico 4. Evolução do número de empregos formais no Nordeste – 2004 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MTE/RAIS.

O setor de serviços revela uma forte presença no mercado de trabalho nordestino, como pode ser visto nas Tabelas 3 e 4. Segundo dados da RAIS, no

ano de 2004 este setor era responsável por empregar um total de 1.141.667 trabalhadores, sendo o setor de maior representatividade ao longo do período que se estende de 2004 a 2014.

Segundo Trovão e De Araújo (2019, p.26), o setor de serviços correspondia por um total de "74,3% do valor adicionado bruto nordestino e 77,3% dos trabalhadores com carteira assinada em 2014, sendo responsável por 8 de cada 10 empregos gerados no Nordeste nesse período."

Em segundo lugar, como setor que mais comporta trabalhadores no período analisado, está o comércio, responsável por empregar um total de 827.756 pessoas no ano de 2004 e 1.688.198 em 2014, segundo dados da RAIS. (Tabela 3 e 4).

Cabe destacar ainda, que mesmo com uma participação mais tímida em relação ao comércio e serviços, a indústria nordestina superou a média nacional em termos de taxa de crescimento de geração de postos de trabalho formais no período analisado (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Tabela 3. Emprego formal no Nordeste por setores da atividade econômica: 2004 a 2009

Setor	2004		2005		2006	
		(%)		(%)		(%)
Indústria de Transf.	734227	14	777141	13	838265	14
Construção Civil	209000	4	233401	4	267103	4
Comércio	827756	15	900872	16	974741	16
Serviços	1441667	27	1547012	27	1638441	26
Agropecuária	228965	4	232456	4	234372	4
Total	5394730	100	5808590	100	6185903	100
Setor	2007		2008		2009	
		(%)		(%)		(%)
Indústria de Transf.	904371	14	939418	14	990781	13
Construção Civil	298121	5	364452	5	430113	6
Comércio	1056809	16	1141999	16	1233665	17
Serviços	1741721	27	1982115	29	1982115	27
Agropecuária	229666	3	231312	3	225885	3
Total	6567837	100%	6948709	100%	7422186	100%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados MTE/RAIS.

Tabela 4. Emprego formal no Nordeste por setores da atividade econômica: 2010 a 2014

Setor	2010		2011		2012		2013		2014	
		%		%		%		%		%
Indústria de Transf.	1052444	13	1078732	13	1086064	13	1093162	12	1088432	12
Construção Civil	570023	7	624105	7	635178	7	648935	7	613766	7
Comércio	1368458	17	1482611	17	1562049	18	1621784	18	1688198	18
Serviços	2181320	27	2384109	28	2548909	30	2672434	30	2838270	31
Agropec.	236699	3	244825	3	235916	3	238651	3	243474	3
Total	8010839	100	8481080	100	8613556	100	8926710	100	9132863	100

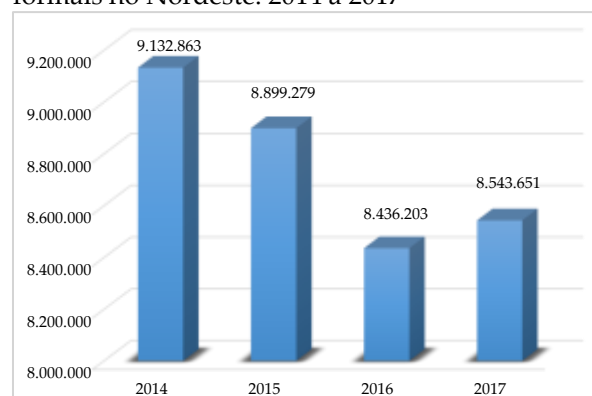
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados MTE/RAIS.

O bom desempenho dos setores do comércio e de serviços, explica-se em parte pelo aumento da renda, do consumo das famílias e dos investimentos em áreas como saúde e educação cuja oferta se tornou mais abrangente. A forte geração de postos de trabalhos formais no

comércio se deve também ao fato de se ter uma maior estrutura do varejo nesse período, bem como pela expansão dos shoppings e de supermercados (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Ainda conforme Trovão e De Araújo (2019), a partir de novembro de 2014, a recessão econômica gerou um processo de deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, principalmente na economia nordestina. A partir de 2015, o Nordeste apresenta uma redução no saldo de empregos formais passando de 9.132.863 vagas em 2014 para 8.543.651 em 2017, segundo dados da RAIS. (Gráfico 5).

Gráfico 5. Evolução do número de empregos formais no Nordeste: 2014 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados MTE/RAIS.

Segundo dados do CAGED, o saldo do emprego formal no Nordeste se apresentou negativo a partir de 2015 em todos os estados da região, esse cenário apresenta uma melhora no ano de 2018, porém, volta a ser negativo na maioria das regiões entre janeiro e abril de 2019, com exceção dos estados do Maranhão e da Bahia, que apresentaram um saldo positivo (Tabela 5).

Setorialmente, o emprego formal no Nordeste traz ainda uma presença muito forte do setor de serviços, como já foi constatado anteriormente nas tabelas 3 e 4, porém a participação deste setor foi reduzida em função dos reflexos da crise que se iniciou em novembro de 2014. Como pode ser visto no Gráfico 6, o setor empregava em 2014 cerca de 2.838.270 trabalhadores, já em 2017 esse valor caiu para 2.748.627. No entanto, Trovão e De Araújo (2019), salientam que a crise se mostrou menos intensa nesse setor.

Tabela 5. Evolução do Saldo ajustado do emprego formal - Nordeste - 2015 a 2019

Estados	2015	2016	2017	2018	2019 (JAN a ABR)
Maranhão	-15.351	-17.642	2.299	9.742	3.470
Piauí	-2.140	-12.612	3.338	5.738	-2.803
Ceará	-34.336	-37.194	-2.450	23.157	-5.624
Rio Grande do Norte	-11.929	-15.653	847	5.784	-5.927
Paraíba	-14.971	-12.001	-3.343	5.413	-7.629
Pernambuco	-87.207	-47.617	-6.498	3.965	-25.698
Alagoas	-4.303	-11.559	-8.176	151	-21.796
Sergipe	-4.933	-15.314	-851	1.015	-4.031
Bahia	-76.090	-73.067	100	29.976	22.133
Nordeste	-251.260	-242.659	-14.734	84.941	-47.905

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados ME/SEPT/STRAB/SPPRT/CGCIPE - CAGED Lei 4.923/65

O comércio também foi pouco atingido pela crise, como pode ser visto no Gráfico 6. No ano de 2014 esse setor empregava 1.688.198 pessoas e em 2017 esse valor foi reduzido para 1.597.726 trabalhadores.

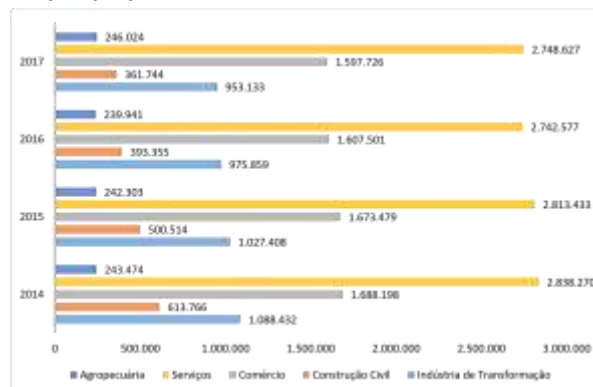
O setor de construção civil foi o que mais sofreu os impactos da crise, conforme os dados do Gráfico 6 no ano de 2004 o setor era responsável por 613.766 postos de trabalho formais, já em 2014 o setor corresponde por apenas 361.744. Essa redução se deve ao fato de que com a crise foram reduzidos os números de obras, houve também a paralização de outras, e, além disso, também foi evidenciado a perda de dinamismo do setor imobiliário. Todos esses fatores contribuíram ainda mais com a redução do emprego formal no setor de Construção Civil (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Já a agropecuária foi o único setor que não apresentou redução dos postos de trabalho formais, sua participação passou de 243.474 em 2014 para 246.024 empregos formais em 2017. Esse desempenho é explicado pelo destino que é dado a produção, pois a maioria desta é destinada à exportação, dependendo basicamente da renda externa, do câmbio e dos preços internacionais dos produtos exportáveis (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019).

Porém, segundo Trovão e De Araújo (2019, p.33), o bom desempenho do setor agropecuario não compensa o desempenho fraco dos outros setores:

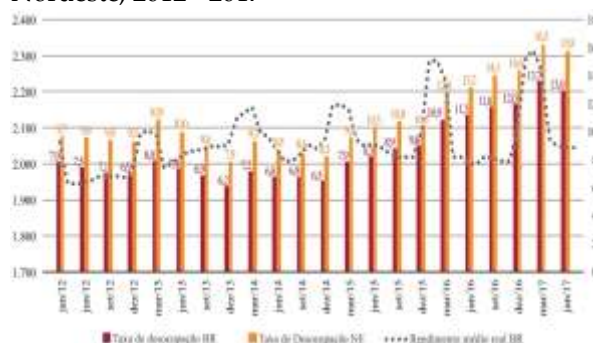
Por conta do reduzido peso que esse setor possui na composição setorial do mercado de trabalho no Nordeste e de sua elevada sazonalidade, a elevação contrabalançar a destruição de postos de trabalho proporcionada pela crise econômica do período pós2015. Por conta do reduzido peso que esse setor possui na composição setorial do mercado de

trabalho no Nordeste e de sua elevada sazonalidade, a elevação contrabalançar a destruição de postos de trabalho proporcionada pela crise econômica do período pós-2015.

Gráfico 6. Emprego formal no Nordeste por setor – 2014 a 2017

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados MTE/RAIS.

Como reflexo da crise, no Nordeste houve um crescimento rápido e forte da taxa de desocupação, bem como uma forte oscilação do rendimento real médio dos trabalhadores no país como pode ser visto no Gráfico 7 (TROVÃO; DE ARAÚJO, 2019). Em março de 2017 a taxa de ocupação atinge o maior patamar do período analisado revelando um forte impacto da crise na economia nordestina.

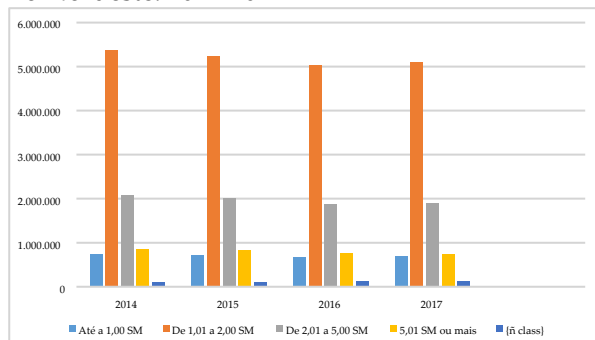
Gráfico 7. Evolução da taxa de desocupação e rendimento real no trabalho principal. Brasil e Nordeste, 2012 - 2017

Fonte: Trovão e De Araújo (2019). Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNAD continua e IPEA data

De acordo com dados da RAIS, maior parte dos trabalhadores nordestinos recebem em média faixa de 1,01 a 2 salários-mínimos, isso revela que o emprego formal no Nordeste tem uma remuneração muito baixa, como pode ser visto no Gráfico 8. Observa-se também que o número de

trabalhadores que recebem de 1 até 5 salários-mínimos ou mais vem diminuindo no período analisado, o que pode ser explicado pelo desemprego ocasionado pela crise econômica vivenciada em todo Brasil.

Gráfico 8. Remuneração média do emprego formal no Nordeste: 2014-2017



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados MTE/RAIS.

No acumulado de janeiro a março de 2018, dos oito setores de atividade econômica, sete apresentaram expansão do emprego formal nordestino. O setor de serviços gerou o maior número de vagas com um total de 63.688, em segundo lugar vem a agropecuária gerando cerca de 20.518 postos e em terceiro está a construção civil com 7.601 postos (BNB/ETENE, 2018).

O comércio foi o único setor que apresentou uma redução dos postos de emprego formal nordestino, com um saldo de -8.318 postos, essa redução pode ser explicado pelo baixo desempenho do comércio varejista (BNB/ETENE, 2018).

Sendo assim pode-se observar que os impactos da crise no mercado de trabalho do Nordeste foram amenizados no ano de 2018, porém, nos primeiros meses de 2019 já é possível notar a reversão desse quadro conforme apresentado na tabela 4, pois no período de janeiro a abril desse ano o Nordeste apresenta um saldo negativo de -47.905 postos de trabalho formais.

Conclusão

Como foi mostrado ao longo do trabalho, a economia do Brasil passou por mudanças no século XXI, apresentado já na primeira década um período de expansão que teve início em 2004 durante o governo Lula. Assim, até 2010, esse período foi marcado pelo bom desempenho do PIB

e crescimento do investimento, tendo reflexos positivos sobre indicadores socioeconômicos e sobre o mercado de trabalho.

Presenciou-se, pois, a queda da desigualdade social e aumento da renda, que fora acompanhada por uma considerável melhoria nas condições laborais do país, com elevação da taxa de ocupação, redução do desemprego, crescimento da formalização dos vínculos empregatícios, e, como consequência, redução da precarização do trabalho. Feito esse conquistado também com a consolidação das leis trabalhistas nesse período.

Essa dinâmica da economia se espalhou por todo o Brasil e impactou positivamente sobre o Nordeste, que chegou até a apresentar taxas de crescimento do produto superior à média nacional durante grande parte da primeira década dos anos 2000. Contudo, apesar da crise de 2007/2008 ter repercutido de forma limitada sobre o Brasil, seus efeitos mais tardios foram sentidos já no primeiro governo Dilma. Os efeitos externos somados às falhas na coordenação da política macroeconômica durante seu governo, em especial o ajuste fiscal de 2015, culminaram na disseminação da recessão pela qual passa a economia do Brasil.

Nesse sentido, a repercussão da crise caminhou no sentido contrário as conquistas relatadas, com queda do PIB, inclusive negativa, aumento do número de desempregados, redução da renda real dos trabalhadores, aumento da informalidade e da precarização das condições laborais. Em termos setoriais, dentre os mais atingidos estão a indústria e a construção civil, enquanto entre os menos impactados estão os setores Administração pública, serviços e comércio.

Em 2017 e 2018 é percebido uma certa estagnação no comportamento da economia, que apresentou nesses dois anos a mesma taxa de crescimento do produto na ordem de 1,1%. Com relação ao mercado de trabalho, foi observado em 2018 uma recuperação no saldo de empregos formais celetistas em comparação com o ano anterior.

No Nordeste os efeitos da crise econômica chegaram ao mercado de trabalho no ano de 2015, onde se observa uma redução de 243.584 postos de trabalho formais no ano de 2017 em comparação com o ano de 2014. Essa redução se perpetua até o ano de 2017.

Com relação ao saldo de emprego formal nordestino, este já se apresenta negativo desde o ano de 2015, tem-se uma melhora em 2018, e volta

a ser negativo nos primeiros meses de 2019, mostrando que o mercado de trabalho nordestino não conseguiu se recuperar da crise, que ainda é vivenciada nos dias atuais tanto na economia do Nordeste como no Brasil.

Em relação aos setores de atividade econômica no Nordeste, percebe-se o peso que o setor de serviços exerce na economia nordestina, e que este assim como o comércio, foi pouco afetado pela crise que se iniciou em no final do ano de 2014.

Já o setor de construção civil foi o que mais sentiu o impacto da crise, apresentando uma redução de 252.022 postos de trabalho em 2017 em comparação com o valor apresentado em 2014.

O setor agropecuário foi o único que não foi atingido pela crise, este apresentou um aumento dos postos de trabalho formais no período que se estende de 2014 a 2017, esse bom desempenho se deve ao fato de que a produção do setor é voltada para a exportação, sendo assim, a demanda por seus produtos depende da renda internacional, da taxa de câmbio e de outros fatores que não estão diretamente ligados a economia brasileira.

Com relação a taxa de ocupação no Nordeste, foi observada uma tendência ascendente desde o ano de 2015, esta atinge o seu maior patamar em março de 2017 e logo depois, em abril de 2017, apresenta uma pequena queda.

É importante destacar também que a remuneração média do trabalhador nordestino se encontra entre 1,01 a 2 salários-mínimos, indicando uma baixa remuneração média.

No ano de 2018 percebe-se uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho nordestino, no entanto, essa melhora foi pequena e rápida, pois logo nos primeiros meses de 2019 evidencia-se a piora desses indicadores.

Referências

- BNB/ETENE, Mercado de trabalho no Nordeste em 2018. 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/4128151/182_07_11_2018.pdf/cefe3188-c5656c65-a367-d79d67aec5f. Acesso em: 18 de junho de 2019.
- CACCIAMALI, MARIA CRISTINA; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, p. 103-121, 2016.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS – CAGED/MTE. Tabelas.xls. Abri. 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
- DA SILVA FILHO, Luís Abel; DE QUEIROZ, Silvana Nunes. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação para o Nordeste brasileiro entre 2000 e 2008. *Perspectiva Econômica*, v. 7, n. 1, p. 42-54, 2011.
- DE PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Reforma Trabalhista: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.html>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
- DOS SANTOS, Leandro; ARUTO, Pietro Caldeirini. Impactos da crise econômica no mercado de trabalho catarinense: uma análise do triênio 2015-2017. *Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, v. 7, n. 13, p. 54-72, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Agência de Notícias. PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha ano em R\$ 6,8 trilhões. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/23886-pib-cresce-1-1-em-2018-e-fecha-ano-em-r-6-8-trilhoes>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. Séries históricas. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 1º trimestre 2019. 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=serieshistoricas&utm_source=landing&utm_medium=explicacao&utm_campaign=pib%2523evolucao%23evolucao-pib#evolucao-pib. Acesso em: 16 de junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Tabela 4099 - Taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade. 2019. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4099>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

LEÃO, H. C. R. S.; RIBEIRO, R. F. Mercado de trabalho no Nordeste em 2018. Banco do Nordeste/ETENE, Fortaleza, Ano I, n. 182, nov. 2018.

MARINHO, Danilo Nolasco Cortes et al. Trajetória e tendências do emprego formal no Brasil segundo os grandes setores da economia e as Unidades da Federação. *Inclusão Social*, v. 12, n. 2, 2019.

MATTOS, FERNANDO AUGUSTO. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 69-85, 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000300006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 de junho de 2019.

PINTO, E. C. et al. A Guerra de Todos Contra Todos: a crise brasileira. Instituto de Economia da UFRJ, 2017. Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015.

Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142015000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 31 de maio de 2019.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS/MTE. Anuário Estatístico da RAIS. [s.d.]. Disponível em:

<http://pdet.mte.gov.br/anuario-rais>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS/MTE. Sumário Executivo. Set. 2018. Disponível em:

<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do

período 2004-2017. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019..

Submetido em: 24/09/2021

Aceito em: 04/07/2022